

CONCESSIONÁRIA RIO - TERESÓPOLIS S.A.

CNPJ N.º 00.938.574-0001-05

NIRE N.º 3330016228-3

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2001

DATA, HORA E LOCAL: 27 de agosto de 2001, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Rodovia BR 116, km 133,5, Praça Engenheiro Pierre Berman, Cidade de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

PRESENÇA: Presentes à Assembléia a totalidade dos acionistas detentores das ações com direito a voto de emissão da Companhia.

CONVOCAÇÃO: Convocação dispensada nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

MESA DIRETORA: Presidente: Elísio Lincoln Nogueira - Secretário: Flávio Nóbrega da Fonseca.

CONVOCAÇÃO: Convocação dispensada nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a realização de 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, subordinadas, conversíveis em ações preferenciais classe A, em série única, no valor global de R\$ 62.963.208,00 (sessenta e dois milhões, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e oito reais) (a "Emissão") e fixação das condições da Emissão.

DELIBERAÇÕES: Todas tomadas por unanimidade de votos, tendo sido, inicialmente, aprovada a lavratura da presente Ata na forma de Sumário, como faculta o artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76.

1. Aprovada a proposta de realização da 1ª emissão pública de debêntures, subordinadas, conversíveis em ações preferenciais classe A da Companhia, em série única, no montante global de R\$ 62.963.208,00 (sessenta e dois milhões, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e oito reais) (as "Debêntures"), como segue:

Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela Companhia em decorrência da Emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da

Companhia; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da Companhia, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

- 1.2. Data de Emissão: A data base da emissão das Debêntures, para todos os efeitos da Emissão, inclusive participação nos lucros e prêmio, será aquela do primeiro dia útil após a data de publicação do 2º anúncio de início de distribuição das Debêntures, doravante a “Data de Emissão”.
- 1.3. Valor da Emissão: A presente emissão terá o valor global de R\$ 62.963.208,00 (sessenta e dois milhões, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e oito reais) na Data de Emissão.
- 1.4. Quantidade e Séries: A Emissão será em uma única série, com a emissão de 23.100 (vinte e três mil e cem) debêntures, doravante as “Debêntures”.
- 1.5. Valor Nominal: As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 560,55 (quinhentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos), na Data de Emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais).
- 1.6. Prêmio: Além do valor nominal, as Debêntures serão emitidas com prêmio de emissão unitário de R\$ 2.165,13 (dois mil, cento e sessenta e cinco reais e treze centavos), perfazendo o prêmio de emissão total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais). Nos termos do artigo 182, § 1º, letra (c), da Lei 6404/76, o prêmio recebido na emissão das Debêntures será contabilizado em conta de reserva de capital, somente podendo ser utilizado nas hipóteses e para os fins previstos no artigo 200 da referida Lei.
- 1.7. Espécie: As Debêntures não terão garantia pessoal, real ou fluante, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia, razão pela qual não estarão sujeitas a limite de emissão, nos termos do art. 60, § 4º da Lei nº 6.404/76.
- 1.8. Forma: As Debêntures serão escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares no Banco Bradesco S.A. ou em qualquer outra instituição financeira ou entidade autorizada a prestar tal serviço que, por decisão mútua do Conselho de Administração da Companhia e do agente fiduciário, venha a substituí-lo.
- 1.9. Colocação e Procedimento: As Debêntures serão objeto de distribuição pública através de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para negociação no mercado de balcão não organizado.

através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, mediante o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de agosto de 1980, atendida a ordem cronológica, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos.

1.10. Preço de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, por seu valor nominal, acrescido do prêmio de emissão.

1.11. Conversibilidade: As Debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia. A conversão de Debêntures em ações preferenciais classe A da Companhia somente poderá ser realizada a partir do primeiro dia útil após a última data de ocorrência do último dentre os seguintes eventos: (i) aplicação de todo o produto desta emissão na forma do item 1.1 desta Ata, (ii) liberação integral da caução de ações representativas do capital social da Companhia outorgada em garantia ao financiamento concedido à Companhia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, objeto do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 96.2.311.3.1", firmado em 09 de outubro de 1996, com a interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, Construtora OAS Ltda., Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A., EIT - Empresa Industrial Técnica S.A. e Construtora Queiroz Galvão S.A. e respectivos aditivos (o "Contrato de Financiamento") e (iii) conversão em ações ordinárias de todas as ações preferenciais classe B representativas do capital social da Companhia existentes, de forma que o número de ações ordinárias então existentes seja suficiente para que todas as Debêntures sejam convertidas em ações preferenciais classe A, respeitando-se a proporcionalidade entre ações preferencias sem direito a voto e ações ordinárias prevista no parágrafo segundo do art. 15 da Lei n.º 6.404/76.

1.11.1 Aberto o prazo na forma do item 1.11 supra, a conversão de Debêntures em ações preferenciais classe A da Companhia deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 22 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à Companhia, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 (o "Contrato de Concessão").

1.11.2 A relação de conversão das debêntures em ações preferenciais classe A da Companhia fica estabelecida de acordo com o critério previsto no artigo 170.

§1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, assim utilizando-se como preço de emissão para as ações preferenciais classe A resultantes da conversão o valor patrimonial das ações da Companhia, conforme último balanço social de encerramento de exercício auditado. Cada uma das Debêntures será conversível em 4 (quatro) novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia, com as mesmas características das ações preferenciais Classe A previstas no Estatuto Social da Companhia na data de assinatura da escritura de emissão das debêntures.

- 1.11.3 As ações preferenciais classe A da Companhia que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Companhia na data de assinatura da escritura de emissão das Debêntures e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da Companhia a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, *pro rata temporis*, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

- 1.12 Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela Companhia de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela Companhia a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, sempre de forma a que cada debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da Companhia, nas bases de conversão estabelecidas no item 1.11.2.

$$R = 4 \times D$$

ONDE:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela Companhia a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações.

1.12.1 Eventuais excedentes de caixa da Companhia poderão, a critério da Assembleia Geral da Companhia, vir a ser distribuídos ou transferidos aos acionistas e aos debenturistas da Companhia, sob a forma de (i) dividendos e participação nos lucros, respectivamente, de acordo com a fórmula constante do item 1.12, ou (ii) redução de capital, resgate parcial, amortização parcial de ações ou a qualquer outro título, desde que, nestas hipóteses, seja destinado para as Debêntures (incluindo todas as debêntures conversíveis e com participação nos lucros que venham a ser emitidas após esta data e excluindo as Debêntures em tesouraria e as que já tenham sido convertidas ou resgatadas), a título de prêmio, resgate parcial, amortização parcial ou a qualquer outro título, uma quantia correspondente a 4 (quatro) vezes o montante que for destinado à cada uma das ações da Companhia à época, incluindo qualquer ação que venha a ser emitida a partir desta data, inclusive em decorrência da conversão de Debêntures, ficando estabelecido, porém, que o disposto neste item não alcança o resgate de ações preferenciais classe A já previsto no item 1.1 desta Ata.

1.13. Compromisso de Distribuição: A Companhia distribuirá a seus acionistas e aos debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado -, o seu lucro líquido no exercício social imediatamente anterior, caso todas as Debêntures já tivessem sido convertidas e não fizessem jus, portanto, a qualquer nova participação nos lucros, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto parágrafo 3º do referido artigo. As distribuições a que se refere este item serão realizadas trimestralmente, a título de adiantamento, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Companhia.

1.13.1. Todas e quaisquer indenizações recebidas pela Companhia, na eventual ocorrência de sinistros cobertos por seguros, serão computadas para fins da apuração do valor a ser distribuído aos debenturistas e aos acionistas a título de

participação nos lucros da Companhia, conforme disposto nos itens 1.12 e 1.13 desta Ata.

- 1.13.2. A Companhia efetuará o pagamento de dividendos a seus acionistas, e, por consequência, da participação nos lucros prevista no item 1.12 supra aos debenturistas, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da Assembléia Geral de Acionistas da Companhia que deliberar e aprovar o pagamento de dividendos.
- 1.14. Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei n.º 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Companhia, por qualquer razão, ressalvada a hipótese de aquisição facultativa.
- 1.14.1 Vencimento Antecipado: Na hipótese da Companhia descumprir as obrigações previstas no item 1.12, o agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao agente fiduciário caso o inadimplemento, pela Companhia, das obrigações previstas no item 1.12 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis com a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Companhia. Para efeitos do cálculo do valor a ser pago aos Debenturistas no caso de vencimento antecipado, considerar-se-á a fórmula descrita no item 1.15 abaixo.
- 1.15. Prêmio ou Ajuste: O valor a ser pago pela Companhia, por Debênture, em qualquer hipótese de vencimento das Debêntures, será aumentado por um prêmio ou reduzido por um ajuste calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P/A = 4 \times \left(\frac{V}{DE + A} \right) - VN$$

ONDE:

P/A = prêmio a ser pago ou ajuste a ser feito pela Companhia para cada Debênture;

V = o valor do que seria o acervo líquido remanescente da Companhia (incluindo o acervo líquido remanescente de suas subsidiárias, proporcionalmente à participação da Companhia nessas sociedades), após a conversão de todos os ativos da Companhia em dinheiro e pagamento de todas as suas

obrigações, incluindo toda e qualquer obrigação para com o BNDES, excluindo-se qualquer obrigação por conta das Debêntures ainda em circulação à época (incluindo todas as debêntures conversíveis e com participação nos lucros que venham a ser emitidas após esta data);

DE = número total de ações representativas do capital social da Companhia em que poderiam ser convertidas as Debêntures ainda em circulação à época (incluindo todas as debêntures conversíveis e com participação nos lucros que venham a ser emitidas após esta data e excluindo as Debêntures em tesouraria e as que já tenham sido convertidas ou resgatadas);

A = número total de ações representativas do capital social da Companhia à época, incluindo qualquer ação que venha a ser emitida a partir desta data, inclusive em decorrência da conversão de Debêntures; e

VN = saldo remanescente, ainda não amortizado, do valor nominal de cada Debênture, à época.

1.16. Resgate Antecipado: A Companhia não realizará o resgate antecipado de Debêntures, exceto se efetuado simultânea e proporcionalmente ao resgate de ações preferenciais classe A representativas do capital social da Companhia, com observância do disposto no item 1.12.1 desta Ata.

1.17. Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida no item 1.12, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

1.17.1. A conversão de qualquer Debênture em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia implicará, automaticamente, no cancelamento da respectiva Debênture, bem como a perda dos direitos referentes às Debêntures previstos na escritura de emissão das Debêntures, inclusive quanto ao direito à percepção da participação nos lucros prevista no item 1.12 supra, ressalvado, porém, que as Debêntures convertidas receberão participação nos lucros que venham a ser pagos aos debenturistas relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, *pro rata temporis*, com base no período de tempo compreendido entre a data de início do exercício social e a data de conversão.

1.17.2. Com relação ao exercício social em curso (ano 2001), o valor da participação nos lucros, como estabelecido no item 1.12, será calculado *pro rata temporis*, relativamente ao período de tempo compreendido entre a data de emissão das Debêntures e a data de término do exercício social ou a data de conversão, o que primeiro ocorrer.

1.18. Direito de Preferência: Consoante autorizado pelo artigo 172 da Lei nº 6.404/76 e pelo artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, não haverá direito de preferência para os acionistas da Companhia para a subscrição das Debêntures.

1.19. Aprovação dos Debenturistas: A Companhia não poderá realizar os atos elencados nos sub-itens abaixo sem a prévia aprovação dos titulares das Debêntures, a ser manifestada por maioria de votos dos debenturistas presentes à assembléia de debenturistas a ser convocada pela Companhia para esse fim:

- a) alteração do(s) artigo(s) 3º, 26 *caput* e/ou 29 do Estatuto Social da Companhia;
- b) aprovação de operação de levantamento de empréstimo ou financiamento, ou captação de recursos através da emissão e colocação de notas promissórias, debêntures ou títulos de dívida, que importe em que o saldo em aberto de operações de empréstimo, financiamento, notas promissórias, debêntures e/ou títulos de dívida, se torne superior, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem computar as operações direta ou indiretamente decorrentes de contratos e/ou operações já existentes em 31 de julho de 2001;
- c) contratação e execução de qualquer operação de empréstimo ou financiamento entre a Companhia e seus acionistas;

d)

alienação de bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia, que tenham valor contábil superior, isoladamente ou no conjunto de operações relacionadas em qualquer exercício social, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

e)

oferecimento de bens da Companhia em garantia de obrigações da Companhia ou de terceiros, em valor, isoladamente ou no conjunto de operações relacionadas em qualquer exercício social, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ressalvadas (i) as operações já previstas no Contrato de Financiamento e no Contrato de Concessão, indicados nos itens 1.11 e 1.11.1. desta Ata, respectivamente, (ii) as operações direta ou indiretamente decorrentes de contratos e/ou operações já existentes em 31 de julho de 2001, e (iii) as

operações de refinanciamento, repactuação, rolagem e afins, que não importem em aumento do endividamento da Companhia;

- f) aprovar o orçamento anual de investimento da Companhia; e
- g) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia.

1.19.1. Os valores indicados nos sub-itens “b”, “d” e “e” do item 1.19 supra serão atualizados, desde a data de emissão das Debêntures, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, ou, se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não mais puder ser utilizado como índice de reajuste para os efeitos do item 1.19, passará a ser utilizado, em substituição, índice que melhor represente a perda do valor da moeda nacional no período.

1.19.2. Para efeitos do item 1.19 supra, os debenturistas deverão se manifestar sobre a matéria a ser deliberada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que o Agente Fiduciário for notificado pela Companhia a respeito de sua intenção de realizar um dos atos referidos nos sub-itens do item 1.19 desta Ata. A não manifestação dos debenturistas dentro do prazo de 30 (trinta) dias acima estabelecido implicará na automática aprovação da matéria em exame, podendo a Companhia tomar todas as providências necessárias para a realização e conclusão da operação por ela pretendida.

1.20. Aquisição Facultativa: A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao seu valor nominal, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 55, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da EMISSORA, ou serem novamente colocadas no mercado.

1.21. Outros Direitos:

Sempre que o capital social da Companhia for aumentado mediante a capitalização de reservas, de correção, reavaliação, capitalização de lucros, a Companhia não emitirá novas ações, de modo a evitar a diluição dos direitos conferidos às Debêntures. Pelos mesmos motivos, a Companhia não efetuará qualquer desdobramento de ações.

1.21. Sempre que o capital social da Companhia for aumentado mediante a subscrição de novas ações, a Companhia, simultânea e proporcionalmente, emitirá novas debêntures, com as mesmas características das Debêntures desta Ata, para colocação pública, com exclusão do direito de preferência aos acionistas, de acordo com critério diferenciado, assegurando aos debenturistas

prioridade em sua subscrição, proporcionalmente ao número de Debêntures que possuem na data da respectiva deliberação.

1.22. Publicações: As publicações legalmente obrigatórias da Companhia para fins da Emissão serão feitas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Monitor Mercantil.

2. Fica autorizado o Conselho de Administração da Companhia a praticar os seguintes atos:

a) realizar todos os atos necessários à formalização das deliberações da presente Assembléia Geral, inclusive deliberar sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15/12/76; e

b) cancelar as Debêntures que tenham sido emitidas e não vierem a ser subscritas, bem como as Debêntures adquiridas e mantidas em tesouraria pela própria Companhia, mediante declaração do agente fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas.

3. Fica autorizada a Administração da Companhia a realizar todos os atos necessários à formalização da Emissão, podendo inclusive elaborar e firmar a escritura de emissão das Debêntures, contratar o agente fiduciário, banco mandatário e depositário das Debêntures e contratar instituições financeiras que intermediarão a colocação das Debêntures na forma da Instrução CVM n.º 13/80.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Presidente: Elísio Lincoln Nogueira, Secretário: Flávio Nóbrega da Fonseca; Acionistas: Construtora OAS Ltda., Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A., Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A., Strata - Construções e Concessionárias Integradas S.A., Mardonildo Oliveira Olímpio, Christiano Guimarães Fonseca, Luis Carlos de Aragão Villas Boas e Eduardo Mello Nogueira.

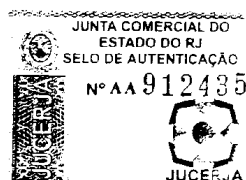
Certidão: Está conforme o original lavrado em livro próprio.

Magé, 27 de agosto de 2001


Elísio Lincoln Nogueira
Presidente

Flávio Nóbrega da Fonseca
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIFICO O REGISTRO SOB NOME, NÚMERO E DATA ABAIXO.
CONCESSIONARIA RIO TERESOPOLIS S/A



00001188151
DATA: 24/09/2001

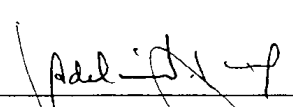
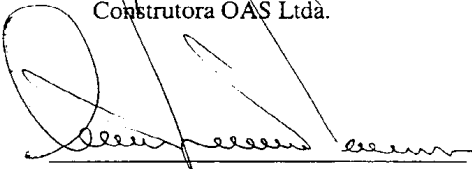
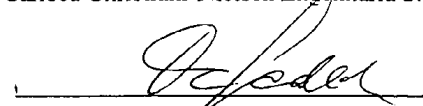
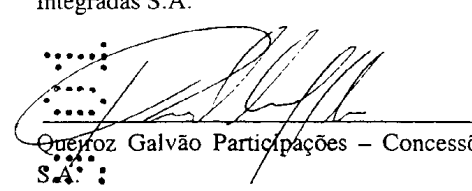
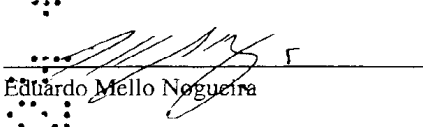

Maria Cristina V. Contreiras
SECRETARIA GERAL

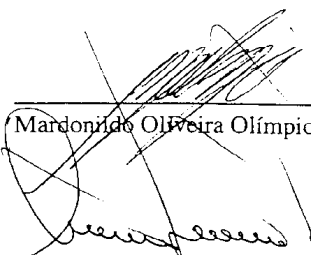
CONCESSIONÁRIA RIO - TERESÓPOLIS S.A.

CNPJ N.º 00.938.574-0001-05

NIRE N.º 3330016228-3

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS da Assembléia Geral Extraordinária da Concessionária Rio - Teresópolis S.A., realizada na sede social da Companhia, na Rodovia BR 116, km 133,5, Praça Engenheiro Pierre Berman, Cidade de Magé, Estado do Rio de Janeiro, às 15:00 horas do dia 27 de agosto de 2001:

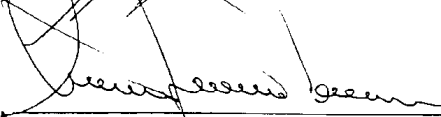
Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Total de ações
 Construtora OAS Ltda.	23.561	15.246	38.807
 Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.	7.545	25.718	33.263
 Strata - Construções e Concessionárias Integradas S.A.	7.545	25.718	33.263
 Queiroz Galvão Participações - Concessões S.A.	7.545	25.718	33.263
 Eduardo Mello Nogueira	1	1	


Mardonio Oliveira Olímpio

1

-

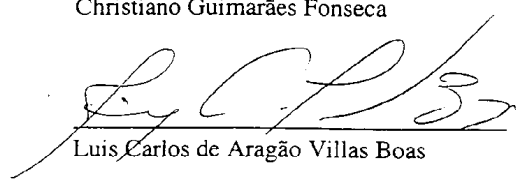
1


Christiano Guimarães Fonseca

1

-

1


Luis Carlos de Aragão Villas Boas

1

1

Total:

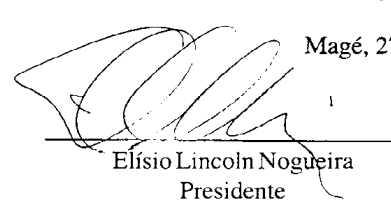
46.200

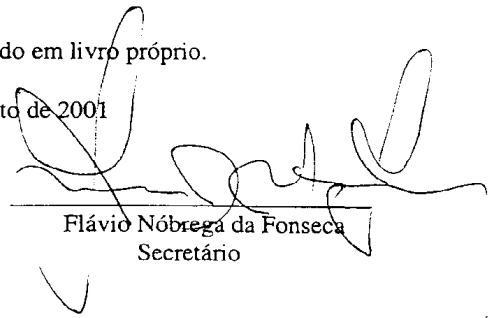
92.400

138.600

Confere com original lavrado em livro próprio.

Magé, 27 de agosto de 2001


Elísio Lincoln Nogueira
Presidente


Flávio Nóbrega da Fonseca
Secretário

